



A RELAÇÃO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A CRISE DA DEMOCRACIA LIBERAL

THE RELATIONSHIP OF THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL AND THE CRISIS OF LIBERAL DEMOCRACY

Andreza Caroline Bonkevich Suzim¹

Resumo:

O objetivo deste artigo é o de verificar a simbiose entre capitalismo e democracia liberal atentando, a partir do ponto de vista de desenvolvimento histórico atrelado, desde o surgimento do capitalismo ao Pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), passando pela Guerra Fria, período no qual os Estados Unidos assumiram a “missão” de levar a democracia, o capitalismo e a liberdade para todo o mundo, em contraposição ao modelo político e econômico representado pelo socialismo real da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Como objetivo específico, pretende-se verificar de que maneira a democracia passa a ser vista pela população em geral quando esta não mais atende suas necessidades, mas sim às necessidades que o capital possui para sua própria reprodução, trazendo luz a parte intrínseca do capital, que é a de subjugar a democracia – hipótese central do artigo. Dessa maneira, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com relação ao tema do capitalismo histórico e da democracia em autores como Karl Marx, Vladimir Lênin, Rudolf Hilferding e em Joseph Schumpeter, Robert Dahl, Samuel Huntington e Carole Pateman, dentre outros. Portanto, este artigo buscará trazer algumas questões sobre a possibilidade ou não de o Estado ultrapassar estes problemas de não legitimidade e não reconhecimento dos cidadãos sobre a democracia.

Palavras-chave: Estado; Capitalismo; Economia; Capital; Democracia.

Abstract:

The objective of this article is to verify the symbiosis between capitalism and liberal democracy, considering, from the point of view of historical development, since the emergence of capitalism to the Post World War II (1939-1945), going through the Cold War, a period in which the United States took on the "mission" of bringing democracy, capitalism and freedom to the whole world, in contrast to the political and economic model represented by the real socialism of the Union of Soviet Socialist Republics. As a specific objective, it is intended to verify how democracy comes to be seen by the population in general when it no longer meets their needs, but rather the needs that capital has for its own reproduction, bringing light to the intrinsic part of capital, which is to subdue democracy - central hypothesis of the article. In this way, a bibliographic research was carried out regarding the subject of historical capitalism and democracy in authors such as Karl Marx, Vladimir Lenin, Rudolf Hilferding and in Joseph Schumpeter, Robert Dahl, Samuel Huntington and Carole Pateman, among others. Therefore, this article will seek to raise some questions about the possibility or not of the State overcoming these problems of non-legitimacy and non-recognition of citizens about democracy.

Keywords: State, Capitalism; Economy; Capital; Democracy.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana e mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento da mesma instituição. E-mail: andrezza_caroline@hotmail.com.



1. Introdução

O objetivo deste texto é o de verificar a simbiose entre capitalismo e democracia liberal partindo do ponto de vista do desenvolvimento histórico de um atrelado ao outro, desde o surgimento do capitalismo chegando até o Pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), passando pela Guerra Fria, onde os Estados Unidos da América (EUA) assumiram a “missão” de levar a democracia, o capitalismo e a liberdade para todo o mundo, em contraposição ao modelo político e econômico representado pelo socialismo real da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como objetivo específico, pretende-se verificar de que maneira a democracia passa a ser vista pela população em geral quando esta não mais atende suas necessidades, mas sim às que o capital possui para sua própria reprodução.

A hipótese central aqui defendida busca trazer luz à parte intrínseca do capital, que é a de subjugar a democracia de acordo com suas necessidades. O problema tem como ponto de partida o início do sistema capitalista, com seu próprio desenvolvimento histórico, sobre o qual a taxa de rendimento sobre o capital é, muitas vezes, maior do que a própria taxa de crescimento econômico. Dessa relação, tende-se a aumentar cada vez mais a concentração de riquezas em poucos grupos econômicos ou pessoas, fato recorrente de todo esse processo, mas que é incondizente e não atende aos ideais de justiça social que são tão questionados pela população em geral, concomitantemente, o sistema democrático existente em diversos países do globo também não atende todas as questões ligadas a esses ideais almejados.

A partir dessa dissociação, isto é, da democracia e do capital buscarem fins distintos, impreterivelmente, induz a uma maior dificuldade para o fortalecimento das democracias contemporâneas, pois da maneira como o fenômeno se mostra, o capitalismo engendraria, de modo automático, o fomento da desigualdade e acabaria trazendo graves conturbações sociais, na medida em que os Estados democráticos de poder precisam lidar com várias formas de equilíbrios de poderes entre as classes, que no entanto, não podem ser plenamente satisfeitas, marginalizando assim as classes de menor poder econômico – fator este que acaba trazendo desconfiança, falta de reconhecimento e legitimidade para a democracia daquele determinado país por parte de seus habitantes. Dessa forma, este artigo buscou trazer algumas questões sobre a possibilidade ou não de o Estado ultrapassar estes problemas de não legitimidade e não reconhecimento de toda a sua população sobre a democracia dentro do sistema capitalista.

Portanto, na subseção seguinte realizou-se uma pesquisa bibliográfica com algumas considerações iniciais sobre o sistema econômico capitalista, partindo desde



seu surgimento, desenvolvimento e alguns indícios da crise capitalista, cujo critério foi o de estudar em alguns autores importantes do tema, como Karl Marx, Vladimir Lênin, Rudolf Hilferding; e também sobre o sistema político ligado ao capital, que neste trabalho refere-se a democracia liberal como forma de governo, em autores como Joseph Schumpeter (elitista), Robert Dahl (liberal poliarquia), Samuel Huntington (a terceira onda) e Carole Pateman (participativa), trazendo ambos os sistemas, tanto o capitalismo quanto a democracia liberal como formas hegemônicas do sistema econômico e político mundiais, respectivamente.

Na terceira subseção, buscou-se realizar uma reflexão sobre a relação entre economia e política, crise econômica e crise política, bem como seus ciclos. Dessa maneira, tentou-se apontar a relação das crises do capital com as crises políticas, a partir do marco temporal da Segunda Guerra Mundial, com uma nova reorganização política e econômica do pós-guerra; perpassando pela crise do petróleo nos anos 1970 e as implicações políticas; a Guerra Fria e mais tarde, a queda do sistema soviético nos anos 1990 e assim, o triunfo do liberalismo econômico e político no mundo; chegando até a crise econômica de 2008, buscando trazer suas implicações políticas e sociais, além da econômica.

Dessa forma, parte-se da afirmação de que o ano de 2008 foi o gérmen da desestruturação do *stablishment* político liberal e o começo do triunfo de governos populistas mais à direita, com retórica voltada a antiglobalização, mais nacionalistas, que, contudo, ao mesmo tempo promovem ajustes neoliberais extremos ao custo da liberdade, do sistema de bem-estar herdado da socialdemocracia e com viés mais autoritário.

Fez-se importante resgatar também a ideia de que as crises são cíclicas no capitalismo, assim como indicado por John Maynard Keynes (1936), pelos ciclos de Kondratiev, e também por Joseph Schumpeter. Inserindo ainda neste debate a capacidade que o capital possui de se metamorfosear, como sempre aconteceu e como também o fez no início do século XXI, que parece se impor cada vez mais e na contemporaneidade ainda mais descasado com a democracia liberal, fato este que fez surgir o conceito chamado de democracia iliberal.

Cabe ressaltar que nesta subseção também foi abordada a crise de legitimidade ao tratar da desilusão com o sistema político, por parte da população que os elege ou não, que não estão sentindo-se representadas por medidas aplicadas desde o pacto político Pós-Segunda Guerra, isto é, pelo receituário neoliberal.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho, buscando apontar possíveis cenários para a relação entre democracia e capitalismo.



2. O Desenvolvimento Histórico do Capitalismo e sua Relação com a Democracia

O surgimento do capitalismo tem na acumulação primitiva sua indutora, pois esta é o prenúncio do modo de produção capitalista², segundo Marx, movimento este que já se mostrava “em algumas cidades mediterrâneas nos séculos XIV e XV, [contudo], a era capitalista só data do século XVI” (Marx, 1996, p. 341).

A acumulação primitiva consistiu em separar o trabalhador de seus meios de produção, transformando os produtores em trabalhadores assalariados, dando início ao surgimento das classes trabalhadora e capitalista. Dessa maneira, os movimentos da acumulação primitiva³ “conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre” (Marx, 1996, p. 355). Sendo assim, a evolução da produção capitalista desenvolve uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.

Alguns aspectos pré-capitalistas sobrevivem e se sobressaem no capitalismo, como são os casos do capital comercial e do capital usurário, que existem desde as primeiras trocas, de acordo com Marx, como nas comunidades primitivas, escravistas e camponesas. À medida que os capitalistas comerciantes iam surgindo, surgiam também as corporações comerciais – que vendiam suas mercadorias a preços combinados com outros grupos e decidiam em comum o preço a pagar aos produtores por cada tipo de mercadoria, por quanto deveriam vendê-las e onde os atos de compra e venda deveriam ser realizados, formando já corporações combinadas, como por exemplo, os cartéis. Dessa maneira, nasceu pela primeira vez o lucro e a taxa de lucro. Além disso, já existiam os monopólios que garantiam uma taxa de lucro muito maior do que a própria taxa geral (MARX, 1996).

Por sua vez, o capital usurário se apodera de todo o excedente sob a forma de juro, que historicamente tornou-se um processo de aparecimento de capital, formando uma riqueza monetária. Contudo, o Estado precisou intervir para estabelecer uma taxa base para que o capitalista usurário não cobrasse juros abusivos aos prestatários

² O modo de produção existente anteriormente e durante a transição de um modo a outro era o feudalismo, que deixou de existir para que o modo de produção capitalista surgisse e se estabelecesse, no primeiro, existiam os servos que partilhavam a terra entre si, possuíam meios de produção e também a propriedade do produto de seu trabalho.

³ Na América Latina a acumulação primitiva, basicamente, consistiu na colonização e na exploração das terras, das riquezas, como o ouro e minérios, bem como a exploração de pessoas, devido à escravidão exercida, principalmente, pelos europeus.



(MARX, 1996). O Estado moderno surgira então com o modo de produção capitalista, juntamente com o direito moderno, tendo como um de seus objetivos o de assegurar medidas restritivas para o bom funcionamento do sistema.

Já a criação do sistema de crédito na reprodução capitalista foi também uma necessidade histórica, com o fim de “mediar a equalização da taxa de lucro” (Marx, 1984, p. 331). Ademais, “o crédito permite manter por mais tempo separados os atos de compra e de venda, servindo por isso de base para a especulação” (Marx, 1984, p. 331). O capital produtor de juro é a base desse sistema, sobre o qual “[...] o juro expressa a valorização do capital monetário” (Marx, 1984, p. 266).

Neste contexto, os bancos, de acordo com Lênin (2011), tinham como função inicial e principal a de servir como intermediários nos pagamentos. Porém, com o passar do tempo, estes foram se transformando de meros intermediários para monopolistas, devido ao processo de concentração bancária.

A partilha do mundo foi a mola propulsora da concentração e centralização do capital, pois o mundo foi dividido entre os anos de 1860 até o início da Primeira Guerra Mundial (1914), especialmente por adquirir colônias, fatos conhecidos na história da diplomacia e da política externa dos Estados. Em outras palavras, “[...] o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal”. (LÊNIN, 2011, p. 212)

É preciso ter em mente que a partilha do mundo também ocorreu entre os grupos capitalistas, isto é, “[...] as associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos, trustes - partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do seu país” (LÊNIN, 2011, p. 188), e mais tarde, expandem seus limites para fora das fronteiras nacionais - tornando possível uma divisão social do trabalho entre os próprios Estados. Por isso, a internacionalização da vida econômica promove também à dos interesses capitalistas, agravando ainda mais os antagonismos entre as distintas classes sociais e entre os grupos nacionais.

Dentro das economias de um país, ocorrem também as participações entre empresas estatais e privadas, criando uma relação de interdependência entre elas, dando origem a um sistema misto de administração, moldando as decisões – que deveriam ser autênticas – do Estado em favor, muitas vezes, dos interesses dessa pequena classe dos grandes industriais e financistas. Em última instância, há o surgimento de uma “forte tendência à transformação de toda a economia nacional numa gigantesca empresa combinada sob a égide dos magnatas das finanças e do Estado capitalista” (Bukharin, 1984, p. 66).



A economia encontra obstáculos em seu desenvolvimento no próprio seio do Estado, pois a nação está dividida entre interesses econômicos divergentes, tanto a classe trabalhadora como a classe detentora dos meios de produção. Além disso, os interesses entre a própria classe capitalista diferem, pois, eles são concorrentes entre si, e toda essa discordância acaba dificultando a tomada de algumas decisões estatais – pois este tende a optar pela harmonia entre e intra classes. No entanto, os argumentos para que determinadas políticas sejam validades e aplicadas voltam-se ao desenvolvimento e ao crescimento do país, como se todas as ações do Estado fossem em prol apenas desses fins. Como consequência desse discurso, conforme Hilferding:

“[...] as contradições de classe desapareceram, suprimidas, tragadas pelo fato de que tudo é posto a serviço dos interesses do todo. A luta de classe, perigosa, prenhe de consequências desconhecidas para os possuidores, cede lugar às ações gerais da nação, cimentadas por idêntico objetivo: a grandeza nacional” (Hilferding, 1985, apud LÊNIN, 2011, p. 99).

2.1 Da democracia como forma de governo

Tem-se duas tendências fundamentais ao se estudar democracia, que são a democracia elitista e a participativa, portanto, tentar-se-á realizar uma breve revisão bibliográfica de alguns autores já indicados sobre essas inclinações.

Na visão do elitismo, existem alguns autores presentes neste debate, como por exemplo, Max Weber, Joseph Schumpeter e Anthony Downs. Estes últimos entendiam que na política existia pouco espaço para que a população participasse democraticamente para auxiliar o desenvolvimento do coletivo, sendo que a democracia seria um meio para que determinados cidadãos escolhidos para este fim tomassem decisões e impusessem limites determinados.

Para Weber, a democracia funcionaria mais como um antídoto contra o avanço totalitário da burocracia e também para colocar no poder os mais competentes dentro de um arcabouço institucional (OLIVEIRA, 2003).

Schumpeter, em seu livro “Capitalismo, socialismo e democracia” de 1942, escreve que a democracia seria uma forma de se proteger da tirania, além de ser um “método político que permite ao cidadão democrático escolher e autorizar periodicamente governos para agirem em seu benefício. Para ele, a democracia poderia servir para a promoção da justiça social, mas não poderia ser confundida com esses fins”. (OLIVEIRA, 2003, p. 02)



Na visão de Anthony Downs, o governo deve utilizar regras da economia como referência para a racionalidade e democracia, ou seja, planejar eficientemente a economia e a política (DOWNS, 1999), em um governo que tenha eleições periódicas, com mais de um partido concorrendo, e por votação deveria ganhar a maioria – seriam seus pré-requisitos para que a democracia possa existir.

Robert Dahl (1988), trata a democracia como forma de governo, onde seria “um sistema político em que a oportunidade de participar das decisões é compartilhada amplamente por todos os cidadãos adultos” (DAHL, 1988, p. 14 apud OLIVEIRA, 2002). Contudo, para Dahl o termo “democracia” refere-se a um ideal não alcançado, por isso,

[...] ele utiliza o termo poliarquia (governo de muitos), para referir-se aos sistemas políticos com sufrágio amplo e garantia das liberdades e oportunidades individuais. Poliarquia, portanto, são sistemas políticos que protegem a liberdade de expressão, liberdade de formar e participar de organizações, o acesso à informação, a existência de eleições livres, a competição dos líderes pelo apoio do eleitorado e as características das instituições destinadas a formular a política governamental. (DAHL *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 03).

Portanto, de acordo com Oliveira (2003), conforme essas perspectivas demonstradas, o debate existente sobre a democracia está “entre o elitismo democrático, que desconsidera a concepção de democracia como teoria que vincula meios e fins e privilegia seu caráter procedimental, e o pluralismo (Dahl, 1988), que estende o ideal da cidadania para além do direito ao voto e à liberdade de expressão [...]”. (OLIVEIRA, 2003, p. 03)

No que se refere a democracia participativa, tem-se alguns teóricos importantes, tais como Poulantzas (1980), Macpherson (1979) e Pateman (1992) que escreviam a partir da década de 1970, indicando que a democracia deveria ir além da escolha dos líderes políticos, como também deveria haver a participação cidadã nas decisões políticas.

Poulantzas “propõe a democratização do Estado tornando o parlamento, as burocracias estatais e os partidos políticos mais abertos e responsáveis e, ao mesmo tempo, a democratização da sociedade, através de lutas que, em nível local, incorporem as reivindicações populares” (HELD, 1987 apud Oliveira, 2003, p. 04).

Por sua vez, Macpherson além de defender a participação nas questões públicas, alega que deve haver uma combinação entre os partidos competitivos e as organizações de democracia direta. Então, para ele, uma democracia participativa



deveria fortalecer a democracia direta a partir das bases - como nos locais de trabalho e nas comunidades – (OLIVEIRA, 2003).

Já Pateman, defende a democracia participativa, que leva ao aumento do senso de eficácia política, que acaba por diminuir a distância entre os centros de poder, voltando-se aos problemas coletivos, a fim de formar cidadãos ativos. Além disso, traz a ideia de participação cidadã em áreas alternativas (família, escola e etc.) para capacitar na avaliação da conexão entre as esferas pública e privada.

Portanto, em uma democracia participativa, o significado do voto muda “para o indivíduo, pois, além de se tornar mais determinado, este passa a dispor de maiores oportunidades para se educar como cidadão público. [...] Quando marginalizadas ou mal representadas, as pessoas encontrarão poucas razões para participar do processo de tomada de decisões” (OLIVEIRA, 2003, p. 04).

De acordo com Huntington (1994), em seu livro “A terceira onda” – fazendo um paralelo, no presente momento vários países se encontram na terceira onda de democratização, pois esta seria uma tendência mundial, dentro de um período determinado, sobre a qual os países se tornaram democráticos – a isso ele chama de “onda”. Bem como existe o caminho inverso desse processo, que seria quando um conjunto de países passam do sistema democrático para um sistema mais autoritário.

Portanto, o autor divide as ondas de democratização e suas reversões a partir de 1828, sendo a primeira de 1828 até 1926 a primeira onda de democratização (abarcando boa parte do século XIX e o pós Primeira Guerra Mundial); 1922-1942 primeira onda reversa (com o nazismo e fascismo, por exemplo); 1943-1962 segunda onda de democratização (pós Segunda Guerra Mundial); 1958-1975 segunda onda reversa (durante a Guerra Fria e os regimes militares no Brasil e vários países da América Latina, por exemplo); 1974-1990 terceira onda de democratização (com início junto a Revolução dos Cravos em Portugal, com vários países passando do regime não democrático para o democrático, como, por exemplo na Europa, Ásia e América Latina, o ano de término dessa onda ainda não está definido).

Alguns fatores que contribuem para que as ondas democráticas possam ocorrer, é a insatisfação com o desempenho do governo e sua perda de legitimidade no poder, além de motivos econômicos e até religiosos que contribuíram para que a onda não continuasse, como por exemplo, na África (Huntington, 1994). O questionamento que fica é sobre se haverá uma nova onda de reversão da democracia, como já ocorrido nas ondas passadas.

Dentro desse contexto, há o surgimento do conceito de democracia "iliberal" que ocorre quando eleições livres e justas se associam à refutação sistemática de garantias constitucionais, ou seja, ela ocorre quando:



Regimes democraticamente eleitos, com frequência aqueles que foram reeleitos ou confirmados no poder por meio de referendos, têm ignorado rotineiramente os limites constitucionais a seus poderes e destituído seus cidadãos de garantias e direitos fundamentais. Do Peru à Autoridade Palestina, de Serra Leoa à Eslováquia, vemos a emergência de um fenômeno preocupante na cena internacional - a democracia iliberal. (SMITH E ZIEGLER, 2009 apud ZAKARIA, 1997; e SCHEDLER, 2002, 2006)

Então, de acordo com a terceira onda de Huntington junto ao conceito de democracia iliberal, pode-se entender que a democracia na contemporaneidade se encontra nesse viés, isto é:

Ao longo da "terceira onda", a mudança política na América Latina se deu em meio a um cenário marcado por um traço distintivo: tratava-se de uma era de democracia iliberal. Em quase todos os lugares, a combinação de eleições livres e justas com uma repressão parcial, mas sistemática dos direitos civis tornou-se uma marca predominante e decisiva. (SMITH; ZIEGLER, 2009)

3. A Crise de Democracia Liberal junto a do Capital

Na democracia atual a legitimidade democrática advém das eleições periódicas existentes, sobre a qual os eleitores elegem seus representantes para a política sob o princípio de representação política. Contudo, cada vez mais se percebe o descontentamento dos cidadãos para com seus representantes na política quando estes já não veem representados seus interesses e anseios.

Nesse escopo, Castells, em seu livro, “A ruptura”, faz menção às diversas crises que estão ocorrendo na contemporaneidade, como por exemplo:

Uma crise econômica que se prolonga em precariedade de trabalho e em salários de pobreza. Um terrorismo fanático que fratura a convivência humana, alimenta o medo cotidiano e dá amparo à restrição da liberdade em nome da segurança. Uma marcha aparentemente inelutável rumo à inabitabilidade de nosso único lar, a Terra. Uma permanente ameaça de guerras atroz como forma de lidar com os conflitos. Uma violência crescente contra as mulheres que ousaram ser elas mesmas. Uma galáxia de comunicação dominada pela mentira, agora chamada pós-verdade. Uma sociedade sem privacidade, na qual nos transformamos em dados. E uma cultura, denominada entretenimento, construída sobre o estímulo de nossos



baixos instintos e a comercialização de nossos demônios (CASTELLS, 2018, p. 06).

Contudo, uma crise ainda mais devastadora que também implica nas demais acima citadas, é a ruptura da relação entre governantes e governados, impulsionada pela descrença nas instituições, que deslegitima a representação política atual, indo além de esquerdas ou direitas, o que está em crise é o próprio modelo político de representação e governança, ou seja, a crise da democracia liberal – que anteriormente era tida como a salvação de uma história cheia de guerras e violência. Em última instância, a ação do Estado mínimo é a grande catalisadora da crise da democracia liberal, junto à crise de legitimidade política que vai se espalhando pelo mundo.

Castells argumenta que a democracia liberal é um modelo que propõe: respeito aos direitos básicos e políticos das pessoas, incluindo as liberdades de associação, reunião e expressão; separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; eleição livre e periódica; submissão do Estado, e de todos os seus aparelhos, àqueles que receberam a delegação do poder dos cidadãos; possibilidade de rever e atualizar a Constituição; exclusão dos poderes econômicos ou ideológicos na condução dos assuntos públicos mediante sua influência oculta sobre o sistema político (2018, p. 09).

Ademais, a democracia é também construída em torno de relações de poder social, de acordo com Castells:

[...] vai se adaptando à evolução dessas relações, mas privilegiando o poder que já está cristalizado nas instituições. Por isso não se pode afirmar que ela é representativa, a menos que os cidadãos pensem que estão sendo representados. Porque a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas. Se for rompido o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as ações daqueles a quem elegemos e pagamos, produz-se o que denominamos crise de legitimidade política; a saber, o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam. Em teoria, esse desajuste se autocorrigue na democracia liberal com a pluralidade de opções e as eleições periódicas para escolher entre essas opções. Na prática, a escolha se limita àquelas opções que já estão enraizadas nas instituições e nos interesses criados na sociedade, com obstáculos de todo tipo aos que tentam acessar uma corriola bem-delimitada. (CASTELLS, 2018, p. 10)

Faz-se necessário ter em mente que as crises na economia são cíclicas, assim como já indicado por Keynes, pelos ciclos de Kondratiev 40-60 anos (onde um país tem uma fase ascendente e uma descendente), e também por Joseph Schumpeter com seus ciclos, e a cada uma delas os bancos são salvos pelo Estado às expensas da



redução de serviços básicos à população em nome da segurança da economia nacional e até mundial. Como consequência desse tipo de processo, nas palavras de Castells:

[...] aquilo que era um modelo de representação desmorona na subjetividade das pessoas. Só resta o poder descarnado de que as coisas são assim, e aqueles que não as aceitam que saiam às ruas, onde a polícia os espera. Essa é a crise de legitimidade. É o que está acontecendo na Espanha, na Europa e em grande parte do mundo. Mais de dois terços dos habitantes do planeta acham que os políticos não os representam, que os partidos (todos) priorizam os próprios interesses, que os parlamentos não são representativos e que os governos são corruptos, injustos, burocráticos e opressivos. (CASTELLS, 2018, p. 11)

A crise da democracia liberal tem várias razões para sua existência e se deu devido a vários processos, como por exemplo:

A globalização da economia e da comunicação solapou e desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais na origem, tais como as crises financeiras, a violação aos direitos humanos, a mudança climática, a economia criminosa ou o terrorismo. O paradoxal é que foram os Estados-nação a estimular o processo de globalização, dismantando regulações e fronteiras desde a década de 1980, nas administrações de Reagan e Thatcher, nos dois países então líderes da economia internacional. E são esses mesmos Estados que estão recolhendo as velas neste momento, sob o impacto político dos setores populares que em todos os países sofreram as consequências negativas da globalização. (CASTELLS, 2018, p. 14)

Além disso, a nova divisão internacional do trabalho, aliada a globalização, faz com que os Estados queiram aumentar a capacidade competitiva de seus países, dessa maneira,

[...] criaram uma nova forma de Estado – o Estado-rede –, a partir da articulação institucional dos Estados-nação, que não desaparecem, mas se transformam em nós de uma rede supranacional para a qual transferem soberania em troca de participação na gestão da globalização. Esse é claramente o caso da União Europeia, a construção mais audaz do último meio século, como resposta política à globalização. Contudo, quanto mais o Estado-nação se distancia da nação que ele representa, mais se dissociam o Estado e a nação, com a consequente crise de legitimidade na mente de muitos cidadãos, mantidos à margem de decisões essenciais para sua vida,



tomadas para além das instituições de representação direta. (CASTELLS, 2018, p. 16)

O Estado possui um papel inegável na condução de sua própria crise de legitimidade, ao buscar equilíbrio entre democracia e capital, e isso pode ser percebido quando uma das políticas econômicas aplicadas pelos Estados é a de desenvolver as forças produtivas do país, que ocorre, especialmente, pelos grandes conglomerados capitalistas, em concordância com Rocha (2013).

Esse movimento se fez mais presente durante os anos do pós segunda Guerra Mundial (1939-1945), impulsionado pela reconstrução europeia e também pela crise de 1929, pois pode-se notar que a criação de empresas públicas aplicou-se como se fosse padrão na época, alastrando-se até a América Latina também, período esse que se denominou desenvolvimentista – que no Brasil teve grande importância com os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek (JK) e pelas teorias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Tais processos tinham “como marco fundamental os processos de descompartimentalização, desregulação e desintermediação financeira” (CHESNAIS, 2002; 2005 apud ROCHA 2013, p. 32), que foram impulsionados pelo fim de Bretton Woods, que definiram as “novas configurações dos acordos entre classes dominantes e a formação do arcabouço institucional próprio ao suporte do exercício da hegemonia por essas frações de classe” (ROCHA, 2013, p. 32).

No Brasil, por exemplo, os grupos econômicos trouxeram maior visibilidade ao capital financeiro brasileiro, a partir deles e para eles foram feitas muitas políticas de suporte desde a década de 1970, pois de acordo com Rocha (2013), “[...] houve a criação de um conjunto institucionalizado de mecanismos de defesa de espaços de acumulação para o capital nacional, através da ação estatal”. (ROCHA, 2013, p. 45). Incluindo-se a mecanismos como por exemplo, o acolhimento do risco cambial pelo setor público advindo do privado, “[...] os subsídios para exportação, o acirramento das barreiras comerciais internas, a subprecificação das tarifas das empresas públicas e, talvez o mais importante deles, a criação de mecanismos de proteção e geração de liquidez para o setor privado durante o período de alta inflação”. (ROCHA, 2013, p. 45)

O governo criou o Programa Nacional de Desestatização (1990) com diretrizes de que as vendas privilegiariam a receita a ser obtida, dentro do pensamento liberal de que o Estado não deveria intervir na economia, apenas em casos específicos de regulação em determinados setores, sob a crença da “mão-invisível” de Adam Smith, onde o mercado se auto regularia da melhor forma, além disso, “outra diretriz fundamental foi a decisão do governo em promover a aproximação entre setor



financeiro e produtivo, como forma de fomentar a estrutura de crédito de longo prazo, sobretudo o mercado acionário”. (ROCHA, 2013, p. 50)

A forma como o capital financeiro⁴ brasileiro atua se assemelha àquelas aplicadas pelas grandes potências imperialistas do século passado, pois os grandes grupos “ampliaram sua participação mundial não só pela exportação, como pela ocupação de áreas de exploração estratégicas para o crescimento global destes setores” (Rocha, 2013, p. 167), com o objetivo de garantir o poder sobre os recursos naturais existentes. Há também a participação em atividades de infraestrutura e concessões públicas na região latina, profundamente imbricadas com o poder público daqueles que se relacionam, resultando muitas vezes no endividamento destes países com o Brasil, como por exemplo, em algumas linhas específicas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as empreiteiras brasileiras financiarem construções ou reformas estruturais nos demais países da América Latina e etc., como a linha “BNDES Exim-Pós Embarque”.

O papel do Estado nas relações com o capital privado fica evidente quando são analisadas as ações aplicadas dentro das políticas econômicas adotadas em cada período, pois os

[...] Estados desempenham o papel crucial de apoio aos empresários, assumindo parte de seus custos de produção, garantindo monopólios e “quase-monopólios” às expensas de outros capitalistas – ou seja, evitando a “livre” concorrência – e restringindo a capacidade dos trabalhadores de defender seus interesses através de parciais redistribuições da mais-valia. Outrossim, o Estado territorial é necessário, pois é o criador de condições normativas e infraestruturais de garantia de sucesso para os investimentos, sobretudo, dos grandes capitais. Por seus próprios investimentos o Estado participa de uma divisão de atividades que atribui aos grandes capitais pequenos riscos, assegurando assim a continuidade e reprodução da divisão desigual de riquezas, e, finalmente, o Estado assume papel mistificador, criador da ideologia da paz social e da ilusão da ascensão social. (SANTOS, 1978; WALLERSTEIN, 2002; HOBBSBAWN, 2007, apud CATAIA, 2011, p. 119)

⁴ A centralização do capital ocorreu também pelos fundos mútuos e previdenciários, bem como o mercado de títulos também se avultou com os fundos de investimentos, de pensão complementar e companhias holdings (Rocha, 2013), no entanto, ainda que “o porte destes fundos seja pequeno em relação aos países do centro capitalista, alguns se consolidaram como atores regionais de grande porte, como a Previ e o BNDESPar, sendo ambos os maiores fundos de investimento na América Latina”. (Rocha, 2013, p. 70-1).



Essa crise de legitimidade política ganhou impulso com a crise financeira que iniciou nos Estados Unidos da América (EUA) em 2008, transformada em crise econômica e do emprego. Conforme Castells, a crise de 2008:

Foi, na realidade, a crise de um modelo de capitalismo, o capitalismo financeiro global, baseado na interdependência dos mercados mundiais e na utilização de tecnologias digitais para o desenvolvimento de capital virtual especulativo que impôs sua dinâmica de criação artificial de valor à capacidade produtiva da economia de bens e serviços. De fato, a espiral especulativa fez colapsar uma parte substancial do sistema financeiro e esteve prestes a gerar uma catástrofe sem precedentes. [...] À beira do precipício, os governos, com nosso dinheiro, salvaram o capitalismo. E assim, país a país, os governos foram intervindo, evidenciando a falácia da ideologia neoliberal que argumenta a nocividade da intervenção do Estado nos mercados. (CASTELLS, 2018, p. 16)

Dessa maneira, fazendo alusão a afirmativa levantada na introdução desse trabalho, entende-se que no período pós crise de 2008, foram auxiliados bancos para se recuperaram dentro do discurso neoliberal às expensas da população que lhe foram diminuídos ou retirados determinados direitos a liberdade e de bem-estar. Contudo, como extrapola o escopo desse artigo, são necessários estudos futuros a fim de demonstrar essa relação de maneira mais eficaz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou responder à questão sobre a simbiose existente entre capitalismo e democracia liberal, trazendo a historicidade de ambos os processos à discussão, bem como seus papéis hegemônicos na estrutura mundial, a fim de corroborar com a hipótese deste artigo, que é a de que o capital subjuga a democracia liberal de acordo com suas necessidades de reprodução. Para isso, o método de pesquisa utilizado foi a de revisão bibliográfica sobre os temas citados.

Portanto, na segunda seção foi realizada uma revisão do capitalismo histórico como modo de produção dominante, trazendo elementos que impulsionaram seu surgimento, como a acumulação primitiva, por exemplo. Além de aspectos anteriormente existentes, como o capital usuário e o capital comercial, que se avultaram no início desse sistema e estão presentes até nos períodos recentes. Buscou-se trazer também o papel dos bancos nesse início de sistema, mostrando também sua robustez com o próprio desenvolvimento do sistema bancário e o de crédito. Sem



esquecer da importância da divisão dos territórios mundiais, fato em que os países começaram a anexar várias colônias em seus territórios na busca por novos mercados e escoar sua produção, movimento análogo ao que se pode perceber no mundo corporativo, com as empresas buscando cada vez mais mercados e ainda mais distantes. O capital financeiro, nesse sentido, se mostra como uma etapa quase que superior, quando se torna mais vantajoso investir em papéis do mercado financeiro do que investir em ciclos produtivos, pois a taxa de retorno sobre o capital torna-se maior do que até o próprio crescimento econômico.

Na subseção um, tem-se um breve aporte teórico sobre as distintas vertentes políticas no que diz respeito à democracia, buscando refletir sobre a temática por meio de distintas abordagens, como a democracia elitista, a participativa e também o pluralismo. Além disso, traz luz a noção de ondas de democratização e a reversão dessas ondas de democracias, conduzindo a ideia de que a contemporaneidade se encaixa na terceira onda, a de democratização, porém não há consenso sobre se essa onda terá um fim ou não e/ou quando será. Foi introduzido também o conceito de democracia "iliberal" que ocorre quando em eleições livres e justas se associam à refutação sistemática das garantias constitucionais, que também está presente em muitos debates atuais.

Por sua vez, na subseção seguinte a discussão sobre a simbiose entre capitalismo e democracia pode ser percebida quando são contrapostas os fins da democracia liberal com o capitalismo, trazendo luz a necessidade histórica do capital se reproduzir subjugando qualquer processo que possa impedir seu crescimento, ou seja, na medida em que a democracia liberal prega, em última instância, garantir direitos básicos a todo e qualquer cidadão, e por assim dizer, esses cidadãos almejam alcançar o bem-estar e qualidade de vida – tais anseios ficam em segundo plano para o capitalismo, que é o modo de produção que rege o Estado e a economia mundial, dadas suas características próprias, fator este que acaba por conduzir a existência das crises, tanto do capital quando da democracia liberal.

A legitimidade democrática nasce com as eleições periódicas, contudo o descontentamento dos cidadãos para seus representantes políticos eleitos indica cada vez mais uma ruptura dessa relação existente entre governantes e governados, que coloca o modelo político de representação em xeque, trazendo à tona a crise da democracia liberal.

Na contemporaneidade o capital no Brasil, por exemplo, se apresenta mais fortemente pelos grandes grupos econômicos que, se caracterizam pelo grau de diversificação de suas atividades e setores de atuação, bem como pelo enorme montante de capital que envolvem suas empresas e também por fusões e combinações que cada vez mais concentram e centralizam o capital brasileiro. Contudo, esse é um



movimento que pode ser percebido a nível mundial. Dessa maneira, interesses entre cidadãos e capital são, comumente, incompatíveis, levando assim o próprio capitalismo a sua crise.

Dentro desse contexto, o Estado se torna uma espécie de garantia de reprodução do sistema capitalista de produção, dão suporte aos capitalistas, ao grande capital financeiro às expensas da população proletária demonstrando que a ascensão social, bem-estar e desenvolvimento humano parece estar mais próximo de uma utopia do que uma realidade palpável – não esquecendo que de acordo com o desenvolvimento histórico do capitalismo, este subjuga a democracia de acordo com suas necessidades, não havendo possibilidades para que não existam crises, tanto econômicas quanto da democracia liberal contemporânea – levando aos cidadãos a não reconhecerem mais essa representação política.

Portanto, os Estados e o capital financeiro tornaram-se intimamente ligados, o Estado torna os riscos das grandes empresas muito menores, seja assumindo custos, garantindo monopólios, taxando importações, enfim, aplicam medidas que facilitam o crescimento e o desenvolvimento das grandes corporações.

De certa maneira, o Estado perde a autonomia de suas decisões, pois, como é um dos grandes apoiadores do capital financeiro, em última instância, do capitalismo, tanto do nacional quanto do estrangeiro no país, as deliberações realizadas, muitas vezes, são pautadas conforme as necessidades dos grandes grupos econômicos, que dificilmente beneficiam o restante da população, tornando o Estado uma das bases para a reprodução do sistema capitalista e também para a crise de democracia liberal.

Seguindo por esse caminho, dificilmente se conseguirá chegar a níveis de desenvolvimento humano e sociais que são tão almejados pela maioria da população, pois dentro dos marcos do capitalismo o objetivo que é o de alcançar mais-valia e se reproduzir cada vez mais parece não ter espaço para o “bem-estar” da população, que acaba se tornando um horizonte utópico.

Referências

ALMEIDA, J. M. **A ilusão do neodesenvolvimentismo**. Brasil de Fato. 2 de mar. 2005. SP.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.172 p.



CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 150 p.

CATAIA, Marcio Antonio. **Território político: fundamento e fundação do Estado**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abr. 2011.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 341 p.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011. Disponível em: www.eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin_imperialismo_navegando_ebook.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**, Volume 1, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**, Volume 1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**, Volume 3, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**, Volume 3, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **A democracia em suas versões elitista e participativa e o modelo da autonomia democrática**. Katálysis, v. 06, n. 01,



jan./jun. 2003, Florianópolis-SC, 21-27. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/7176/6617>. Acesso em 03 dez. 2019.

ROCHA, Marco Antonio Martins. **Grupos Econômicos e Capital Financeiro: Uma História Recente do Grande Capital Brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia – Tese de Doutorado em Economia – 2013. Disponível em: www3.eco.unicamp.br/neit/images/Downloads/Marco_Rocha_TESE_Grupos_Economicos_e_Capital_Financeiro_2013.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.

SMITH, Peter H. ZIEGLER, Melissa R. **Democracias liberal e iliberal na América Latina**. Opinião Pública, vol. 15 no. 2. Campinas, Nov. 2009. ISSN 0104-6276. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200004. Acesso em 03 dez. 2019.